

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.039 - PR (2019/0010031-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FERNANDO LUIZ DIENSTMANN  
**ADVOGADO** : TÂNIA MARA FERRES E OUTRO(S) - PR040945  
**AGRAVADO** : BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ FERNANDO VIALLE E OUTRO(S) - PR005965  
SILVANA ZAVODINI VANZ - PR041625  
RODRIGO CARLESSO MORAES - PR045858  
**AGRAVADO** : CARINE TEIXEIRA DA CUNHA  
**ADVOGADO** : ROSANGELA APARECIDA PEREIRA CAPELLA DARLIN E  
OUTRO(S) - PR052814

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO E DO RECURSO ADEVISIVO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

FERNANDO LUIZ DIENSTMANN (FERNANDO) ajuizou ação indenizatória contra CARINE TEIXEIRA DA CUNHA (CARINE) e BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (BRADESCO), em virtude de acidente de trânsito que a vitimou.

O Juízo de Piso julgou parcialmente procedentes os pedidos da exordial para condenar CARINE e o BRADESCO, solidariamente, sendo a condenação da seguradora até o limite da apólice contratada, a pagar a FERNANDO a indenização por danos morais e estéticos no valor de R\$ 30.000,00 (e-STJ, fls. 215/221).

Em seguida, FERNANDO e BRADESCO interpuseram recursos de apelação, seguidos do recurso adesivo de CARINE. O Tribunal de origem, por seu turno, negou provimento ao apelo do autor e deu provimento à apelação do BRADESCO e ao recurso adesivo, em acórdão assim ementado:

*RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CRUZAMENTO DEFICIENTEMENTE SINALIZADO. AUSÊNCIA DE PLACA PARE VOLTADA PARA O LADO DA RUA PELO QUAL A RÉ SEGUIA. COLISÃO COM*

*MOTOCICLETA TRANSITA PELA SUA ESQUERDA. CULPA NÃO CARACTERIZADA. DEMANDA IMPROCEDENTE. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. PRIMEIRA APELAÇÃO NÃO PROVIDA. SEGUNDA APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO PROVIDOS.*(e-STJ, fl. 2098)

Após, FERNANDO opôs embargos de declaração, que foram rejeitados pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 2128/2135).

Inconformado, FERNANDO interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* da CF, sustentando, em síntese, violação dos arts. 229, 231, 997 e 1.003 do NCPC porque (1) a apelação interposta pelo BRADESCO seria intempestiva e não mereceria ser conhecida, já que não faria jus ao prazo recursal em dobro, tanto por se tratar de processo eletrônico quanto por apenas um dos requeridos ter recorrido; e (2) o recurso de CARINE, por ser adesivo, também não deveria ser conhecido, por ser subordinado ao recurso principal (e-STJ, fls. 2138/2148).

Houve contrarrazões do BRADESCO (e-STJ, fls. 2153/2167).

O apelo nobre não foi admitido porque estaria ausente o indispensável prequestionamento (e-STJ, fls. 2174/2175).

Irresignado, FERNANDO interpôs agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 2178/2184), sustentando o afastamento do mencionado óbice.

Houve contraminutas (e-STJ, fls. 2176/2184).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) e (2) Da violação dos arts. 229, 231, 997 e 1.003 do NCPC**

O Tribunal de Justiça do Paraná concluiu que a apelação interposta pelo BRADESCO é tempestiva porque o recorrente faz jus ao cômputo em dobro do prazo recursal, já que não teria ficado caracterizada a sua revelia, em virtude do comparecimento do seu advogado à audiência de conciliação, munido de poderes para transigir e de contestação, que fora apresentada na mesma ocasião, em atendimento ao que disciplinava o art. 277, § 3º do CPC/73.

Nas razões do apelo especial, por seu turno, FERNANDO sustentou

que o acórdão recorrido teria violado os arts. 229, 231, 997 e 1.003 do NCPC, sob o fundamento de que o BRADESCO que não faria jus ao prazo recursal em dobro, tanto por se tratar de processo eletrônico quanto por apenas um dos requeridos ter recorrido. Defendeu também que o recurso de CARINE, por ser adesivo, também não deveria ser conhecido, eis que subordinado ao recurso principal.

Conforme se nota, o apelo nobre funda-se na violação de dispositivos de lei federal diferentes daquele que embasou a conclusão jurídica alcançada pela Corte Local e que sequer foram enfrentados nas instâncias ordinárias.

É de se ressaltar que, mesmo em face dos embargos de declaração opostos por FERNANDO, o Tribunal de origem manteve-se silente a este respeito.

Ademais, não há falar em prequestionamento ficto, uma vez que, para tanto, o recorrente deveria ter suscitado violação do art. 1.022 do NCPC no recurso especial, a fim de que esta Corte Superior pudesse averiguar a existência de vício de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, o que não foi feito.

É assente na Corte o entendimento de que é condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que os dispositivos legais indicados como malferidos nas razões de recurso tenham sido ventilados no contexto do acórdão objurgado, emitindo-se, sobre cada um deles, juízo de valor, interpretando-se-lhes o sentido e a compreensão.

Assim, verifica-se que suscitar no especial a ofensa da referida norma, sem que o Tribunal *a quo* tenha analisado a tese jurídica de que ora se controverte, seria frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância, consoante o teor das Súmulas nº 282 e 356 do STF.

Nestas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

**MAJORO** em 5% o valor dos honorários advocatícios anteriormente fixados, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, em desfavor de FERNANDO.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
Relator